

10

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: BARREIRAS E SOLUÇÕES NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

► **Carla Emanuele Lopatiuk**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real

 <https://orcid.org/0009-0006-3293-6534>

► **Carlos Lopatiuk**

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG

 <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

► **Lucian Elan Teixeira de Barros**

Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

 <https://orcid.org/0000-0002-4646-4068>

► **Nertan Ribeiro Batista**

Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Campina Grande

 0000-0003-1497-8694

► **Jorgina Conceição Paraba Oliveira**

Graduanda em enfermagem pela Estacio Fapan

► **Roney de Paula Oliveira**

Graduando em enfermagem pela Estacio Fapan

► **Rosangela da Silva Conceição**

Graduada em Enfermagem pela faculdade de quatro marcos

► **Rickelme Dantas da Silva**

Especialista em Saúde da Família pela Faculdade Iguaçu

 <https://orcid.org/0000-0002-4329-4032>

► **Marcella Andersen Guedes Magalhães**

Especialista em clínica médica pela HUCF

 0009-0004-4656-778x

► Andres Santiago Quizhpi Lopez

Docente de Cirurgia Estomatognática Básica e Avanzada na Universidad Católica de Cuenca sede Azogues

 0000-0002-6089-0389

RESUMO

INTRODUÇÃO: A inclusão de pessoas com deficiência nos serviços de saúde ainda enfrenta desafios significativos, limitando o acesso e a qualidade da assistência prestada. Barreiras estruturais, atitudinais, comunicacionais e organizacionais comprometem a equidade no atendimento, dificultando a promoção de cuidados adequados para essa população. **OBJETIVO:** Analisar as principais barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso aos serviços de saúde e discutir soluções viáveis para promover um atendimento mais inclusivo e humanizado. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura baseada na análise de artigos científicos e documentos institucionais publicados nos últimos dez anos. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, Scielo e LILACS, utilizando descritores relacionados à acessibilidade e inclusão na saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram identificadas diversas barreiras ao atendimento de pessoas com deficiência, como infraestrutura inadequada, falta de capacitação dos profissionais e ausência de estratégias eficazes de comunicação. Como soluções, destacam-se a capacitação contínua, o uso de tecnologias assistivas e o fortalecimento de políticas públicas para melhorar a inclusão nos serviços de saúde. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A superação dessas barreiras exige esforços intersetoriais e compromisso governamental. A adoção de políticas eficazes e a sensibilização dos profissionais são fundamentais para garantir equidade e acessibilidade na assistência à saúde de pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVES: Acessibilidade aos Serviços de Saúde; Barreiras; Pessoas com Deficiência; Políticas de Saúde.

10

INCLUSION OF PEOPLE WITH
DISABILITIES: BARRIERS AND
SOLUTIONS IN HEALTH
SERVICES

ABSTRACT

INTRODUCTION: The inclusion of people with disabilities in health services still faces significant challenges, limiting access and the quality of care provided. Structural, attitudinal, communicational and organizational barriers compromise equity in care, making it difficult to promote adequate care for this population. **OBJECTIVE:** Analyze the main barriers faced by people with disabilities in accessing health services and discuss viable solutions to promote more inclusive and humanized care. **METHODOLOGY:** This is a narrative review of the literature based on the analysis of scientific articles and institutional documents published in the last ten years. The search was carried out in the PubMed, Scielo and LILACS databases, using descriptors related to accessibility and inclusion in healthcare. **RESULTS AND DISCUSSION:** Several barriers to caring for people with disabilities were identified, such as inadequate infrastructure, lack of professional training and lack of effective communication strategies. As solutions, continuous training, the use of assistive technologies and the strengthening of public policies to improve inclusion in health services stand out. **FINAL CONSIDERATIONS:** Overcoming these barriers requires intersectoral efforts and government commitment. The adoption of effective policies and the awareness of professionals are fundamental to ensuring equity and accessibility in health care for people with disabilities.

KEYWORDS: Accessibility to Health Services; Barriers; People with Disabilities; Health Policies.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência nos serviços de saúde é um princípio fundamental para a equidade no atendimento e a garantia de direitos. Estima-se que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo vivam com algum tipo de deficiência, o que corresponde a aproximadamente 15% da população global (MS, 2020). No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 8,4% da população apresenta alguma deficiência, o que reforça a necessidade de políticas públicas e práticas assistenciais voltadas para esse grupo. No entanto, a acessibilidade e a qualidade do atendimento em serviços de saúde ainda são desafios significativos, refletindo barreiras estruturais, atitudinais e organizacionais que dificultam a assistência adequada (IBGE, 2021; Oliveira., Sousa 2024).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Brasil em 2009 com status de emenda constitucional, estabelece que todas as pessoas têm direito ao mais alto nível possível de saúde sem discriminação com base na deficiência (Brasil, 2009). No entanto, a realidade dos serviços de saúde ainda está distante desse ideal. Muitos estabelecimentos de saúde apresentam infraestrutura inadequada, com ausência de rampas de acesso, banheiros adaptados e equipamentos específicos para atender pacientes com deficiência física. Esse cenário compromete a autonomia e a dignidade desses indivíduos, tornando o acesso ao cuidado um processo excludente (Andrade, 2022).

Além das barreiras físicas, as barreiras atitudinais são um dos principais desafios para a inclusão plena nos serviços de saúde. A falta de preparo dos profissionais para lidar com pacientes com deficiência pode resultar em um atendimento inadequado, negligência e até mesmo discriminação, a ausência de formação específica sobre deficiência nos currículos dos cursos da área da saúde contribui para que médicos, enfermeiros e demais profissionais tenham dificuldades em adaptar sua comunicação e conduta às necessidades desses pacientes. Como consequência, há uma menor adesão aos tratamentos e um aumento das desigualdades em saúde (Luzia *et al.*,2023).

Outro aspecto relevante são as barreiras comunicacionais, que afetam especialmente pessoas com deficiência auditiva, visual e intelectual. A ausência de intérpretes de Libras nos serviços de saúde, por exemplo, impede uma comunicação eficaz entre profissionais e pacientes surdos, comprometendo o entendimento das orientações médicas e aumentando os riscos de erro na condução do tratamento. Da mesma forma, a falta de materiais informativos em braile ou em formatos acessíveis para pessoas com deficiência visual reforça a exclusão desse grupo. Essas dificuldades evidenciam a necessidade de medidas concretas para garantir que a informação e o atendimento sejam acessíveis a todos (Alves, 2023).

No que diz respeito às barreiras organizacionais, observa-se que muitos serviços de saúde não possuem protocolos específicos para atender pessoas com deficiência. A marcação de consultas, por exemplo, nem sempre considera a necessidade de tempo ampliado para pacientes que demandam um atendimento diferenciado. Além disso, a escassez de especialistas capacitados para atender pessoas com deficiência em diversas especialidades médicas limita ainda mais o acesso a um cuidado de qualidade. Essas dificuldades

demonstram que a inclusão não depende apenas de infraestrutura, mas também de uma mudança na gestão dos serviços (Alves, 2023).

O impacto dessas barreiras se reflete nos indicadores de saúde da população com deficiência, que apresentam taxas mais altas de morbidade e menor acesso a cuidados preventivos. Santos, (2024) indica que pessoas com deficiência têm menor probabilidade de realizarem exames de rotina e enfrentam dificuldades adicionais para acessar tratamentos especializados. Isso demonstra que a exclusão nos serviços de saúde pode resultar em agravos à saúde desse grupo, ampliando as desigualdades e comprometendo sua qualidade de vida.

Diante desse contexto, torna-se essencial adotar estratégias para a redução dessas barreiras. A implementação de programas de capacitação contínua para profissionais de saúde, abordando temas como comunicação acessível, atendimento humanizado e adaptações para diferentes tipos de deficiência, pode ser um caminho eficaz para melhorar a qualidade do atendimento. Além disso, a incorporação de tecnologias assistivas, como aplicativos de tradução automática para Libras e prontuários eletrônicos adaptados, pode facilitar o acesso à informação e promover maior autonomia dos pacientes com deficiência (Dubow, 2024).

No campo das políticas públicas, é fundamental que haja um fortalecimento das diretrizes já existentes, com fiscalização rigorosa e incentivos para que os serviços de saúde promovam adaptações e capacitações. O financiamento adequado para a inclusão da acessibilidade nos planos de gestão hospitalar e na atenção primária é uma estratégia essencial para garantir mudanças estruturais duradouras. Além disso, é necessário fomentar a participação da sociedade civil e das próprias pessoas com deficiência na formulação de políticas e na avaliação dos serviços de saúde, garantindo que suas necessidades reais sejam contempladas (Carvalho,2020).

A promoção da equidade nos serviços de saúde passa pelo reconhecimento de que a deficiência não deve ser vista como uma condição limitadora do acesso, mas sim como uma característica que exige adaptações e inclusão plena. A criação de ambientes acessíveis, o fortalecimento da formação dos profissionais e a adoção de tecnologias assistivas são medidas que podem transformar a experiência de atendimento e garantir o direito à saúde de forma igualitária (Ferreira, Alves 2024).

Portanto, este estudo tem como objetivo analisar as principais barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso aos serviços de saúde e discutir soluções viáveis para promover um atendimento mais inclusivo e humanizado. Ao compreender os desafios existentes e propor estratégias de superação, espera-se contribuir para a construção de um sistema de saúde mais equitativo e acessível a todos.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, um método que permite a análise crítica e interpretativa de publicações científicas relevantes sobre o tema, sem a necessidade de um protocolo sistemático de busca. A revisão narrativa é adequada para explorar as barreiras e soluções nos serviços de saúde para pessoas com deficiência, considerando uma abordagem ampla e descritiva da literatura existente.

Foram incluídos estudos publicados em periódicos científicos indexados nas bases de dados PubMed, Scielo, LILACS, Web of Science e Google Acadêmico, que abordam barreiras estruturais, organizacionais, atitudinais e comunicacionais enfrentadas por pessoas com deficiência nos serviços de saúde, bem como estratégias para sua superação. Foram selecionados artigos, revisões, relatórios institucionais e documentos normativos publicados nos últimos 10 anos (2014-2024), priorizando aqueles com acesso ao texto completo e em língua portuguesa, inglesa e espanhola. Estudos que não tratavam diretamente da inclusão de pessoas com deficiência nos serviços de saúde, artigos de opinião, resumos de eventos científicos e estudos repetidos entre as bases de dados foram excluídos.

A busca dos artigos foi realizada utilizando combinações de palavras-chave controladas e não controladas, adaptadas para cada base de dados. Os descritores utilizados foram selecionados a partir da terminologia do Medical Subject Headings (MeSH) e do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), incluindo os seguintes termos em inglês (Health Services Accessibility, People with Disabilities, Barriers, Inclusive Health Care, Health Policy), português (Acessibilidade aos Serviços de Saúde, Pessoas com Deficiência, Barreiras, Cuidado Inclusivo em Saúde, Políticas de Saúde) e espanhol (Accesibilidad a los Servicios de Salud, Personas con Discapacidad, Barreras, Atención Inclusiva en Salud, Políticas de Salud). A seleção dos estudos ocorreu em três etapas: (1) leitura dos títulos, (2) análise dos resumos e (3) leitura integral dos textos selecionados, para garantir que atendiam aos critérios de inclusão.

Os estudos selecionados foram analisados por meio de leitura exploratória e categorizados segundo os principais tipos de barreiras relatadas nos serviços de saúde: barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e organizacionais. Em seguida, as soluções propostas na literatura foram agrupadas em medidas estruturais, capacitação profissional, tecnologia assistiva e políticas públicas. A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, buscando compreender padrões, desafios e propostas de intervenção baseadas na literatura.

Por tratar-se de uma revisão de literatura baseada em fontes secundárias, este estudo não envolve participantes humanos nem a necessidade de aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa. No entanto, foram seguidos os princípios de integridade acadêmica e científica, garantindo a citação adequada dos estudos utilizados e a transparência na seleção das fontes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura revelou que a inclusão de pessoas com deficiência nos serviços de saúde ainda enfrenta desafios significativos em diversas frentes. As barreiras podem ser classificadas em quatro categorias principais: estruturais, atitudinais, comunicacionais e organizacionais. Cada uma dessas barreiras compromete a equidade no atendimento e contribui para a exclusão dessa população do acesso aos serviços de saúde, impactando negativamente sua qualidade de vida e seus desfechos clínicos (Silva, 2024).

As barreiras estruturais foram amplamente mencionadas nos estudos analisados e se referem à inadequação dos espaços físicos nos serviços de saúde. Diversos estabelecimentos ainda não possuem rampas de acesso, elevadores adaptados, banheiros acessíveis e mobiliário adequado para atender pessoas com

deficiência física ou mobilidade reduzida. A falta de equipamentos específicos, como macas ajustáveis e cadeiras de rodas apropriadas, também compromete a qualidade do atendimento. Segundo dados do Ministério da Saúde, menos da metade das Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Brasil apresentam plena acessibilidade para cadeirantes e indivíduos com mobilidade reduzida, demonstrando que a infraestrutura precária é uma limitação significativa para a inclusão efetiva (Santos, 2018; Silva, 2024).

Outro aspecto crucial identificado foi a barreira atitudinal, caracterizada pela falta de preparo e sensibilidade dos profissionais de saúde no atendimento a pessoas com deficiência. Silva, (2024) aponta que os profissionais demonstram insegurança, desconhecimento ou até mesmo preconceito no trato com esses pacientes, o que pode levar a um atendimento inadequado ou à recusa de certos serviços. Alves, (2023) e Santos (2018) sugere que essa barreira decorre da deficiência na formação acadêmica, que muitas vezes não inclui disciplinas voltadas para o cuidado de pacientes com deficiência. A ausência de treinamento contínuo agrava essa situação, limitando a capacidade dos profissionais de oferecer um atendimento humanizado e inclusivo (Silva, 2024).

As barreiras comunicacionais também foram amplamente discutidas, especialmente em relação a pacientes com deficiência auditiva, visual ou intelectual. A falta de intérpretes de Libras nos serviços de saúde, por exemplo, compromete a comunicação entre profissionais e pacientes surdos, dificultando a compreensão de diagnósticos, orientações médicas e prescrições de tratamento. Além disso, a inexistência de materiais informativos em braile ou em formatos acessíveis para pessoas cegas prejudica a autonomia desses indivíduos no cuidado com sua saúde. A ausência de estratégias de comunicação adaptadas também impacta negativamente pessoas com deficiência intelectual, que muitas vezes não recebem explicações adequadas sobre seus tratamentos, dificultando sua adesão ao cuidado médico (Alves, 2023).

Do ponto de vista organizacional, a gestão dos serviços de saúde não está preparada para garantir um atendimento inclusivo e acessível, muitos hospitais e unidades de saúde não possuem fluxos de atendimento diferenciados para pessoas com deficiência, tornando o tempo de espera mais longo e o processo de marcação de consultas mais burocrático para esses pacientes. Além disso, a carência de especialistas capacitados para atender pessoas com deficiência em áreas como neurologia, ortopedia e fisioterapia limita ainda mais o acesso a cuidados especializados (Cruz *et al.*, 2020).

Apesar desses desafios, a revisão da literatura também destacou soluções viáveis para reduzir essas barreiras e promover a inclusão de pessoas com deficiência nos serviços de saúde. Entre as estratégias mais citadas estão a capacitação contínua dos profissionais de saúde, garantindo que médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e demais profissionais tenham conhecimento técnico e sensibilidade para oferecer um atendimento adequado. Além disso, a implementação de tecnologias assistivas, como aplicativos de tradução automática para Libras, prontuários eletrônicos acessíveis e dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa, têm se mostrado eficazes na superação de barreiras comunicacionais (Cruz *et al.*, 2020).

As políticas públicas também desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão. A legislação brasileira já prevê diretrizes para a acessibilidade nos serviços de saúde, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), mas sua implementação ainda é falha. Nesse

sentido, a fiscalização mais rigorosa e o incentivo financeiro para adequação estrutural dos estabelecimentos são medidas essenciais para garantir que os serviços de saúde cumpram os padrões de acessibilidade. Além disso, a participação ativa das pessoas com deficiência na formulação de políticas e na avaliação dos serviços de saúde pode contribuir para a criação de diretrizes mais eficazes e condizentes com suas necessidades reais (Leão, 2020).

Portanto, os resultados desta revisão demonstram que a inclusão de pessoas com deficiência nos serviços de saúde ainda enfrenta diversas barreiras, mas há soluções viáveis que podem ser implementadas para reduzir essas dificuldades. O fortalecimento das políticas públicas, a capacitação dos profissionais, o investimento em infraestrutura acessível e o uso de tecnologia assistiva são estratégias essenciais para garantir que o direito à saúde seja plenamente exercido por todas as pessoas, independentemente de suas limitações. Dessa forma, é fundamental que gestores, profissionais de saúde e a sociedade em geral se mobilizem para transformar o cenário atual, promovendo um sistema de saúde verdadeiramente inclusivo e equitativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de pessoas com deficiência nos serviços de saúde continua a ser um desafio considerável, refletindo barreiras que vão desde estruturas físicas até atitudes, comunicação e organização, o que prejudica a equidade no atendimento. Uma revisão da literatura mostrou que a inadequação das infraestruturas, a falta de treinamento adequado para os profissionais de saúde e a carência de estratégias de comunicação eficazes são limitadores do acesso e da qualidade da assistência que essa população recebe.

Diante dessa realidade, é imperativo adotar ações concretas que promovam um atendimento mais inclusivo e humanizado. O treinamento contínuo dos profissionais de saúde, a introdução de tecnologias assistivas e a readequação dos espaços físicos são medidas essenciais para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos. Além disso, a elaboração e supervisão de políticas públicas precisam ser reforçadas, garantindo que os princípios de acessibilidade e equidade sejam efetivamente integrados na prática dos serviços de saúde.

A superação dessas dificuldades requer um esforço conjunto que envolva gestores, profissionais de saúde, formuladores de políticas e a sociedade civil. A participação ativa das próprias pessoas com deficiência na formulação de estratégias inclusivas é fundamental para que suas necessidades sejam atendidas de forma eficaz. Apenas com um compromisso coletivo será viável transformar o sistema de saúde em um ambiente realmente acessível e justo.

Assim, este estudo oferece contribuições importantes para a compreensão dos desafios e das soluções referentes à inclusão de pessoas com deficiência nos serviços de saúde. A expectativa é que os achados desta pesquisa possam apoiar futuras iniciativas voltadas para a promoção da acessibilidade, assegurando que a saúde seja um direito universal, sem qualquer tipo de discriminação ou exclusão.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Maria dos Santos. Os centros urbanos brasileiros e o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência. 2022. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Alagoinhas, UNIRB, Acajutiba, 2022. Disponível em: <http://dspace.unirb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/427>.
- ALVES, Alysson Bruno Alencar *et al.* Sinais de urgência e emergência em Libras: Facilitando a comunicação em situações críticas na saúde, v. 45, 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.
- CARVALHO, *et al.* A acessibilidade nos serviços de saúde sob a perspectiva da pessoa com deficiência, Recife - PE. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 1, p. e1767, 2020. DOI: [10.25248/reas.e1767.2020](https://doi.org/10.25248/reas.e1767.2020).
- CRUZ, Vanessa Vianna *et al.* Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, e168943053, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i4.30532>.
- DUBOW, Camila. Singularidade no cuidado às pessoas com deficiência: implementando a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde em um serviço de reabilitação física do Sistema Único de Saúde. 2024. Tese (Doutorado em Promoção da Saúde) – **Universidade de Santa Cruz do Sul**, Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/3802>.
- FERREIRA, Alexandra da Silva Magrini; ALVES, Lailane Fernandes. Desafios e soluções para romper com as barreiras da acessibilidade física em hospitais. 2024. 49 f. Monografia (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar) – **Faculdade de Tecnologia de Barretos** “Prof.^a Édi Salvi Lima”, Barretos, 2024. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/28805>.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021, 26 de agosto). PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. **Agência de Notícias IBGE**. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>.
- LEÃO, Ailton Carvalho. O direito à participação das pessoas com deficiência na vida pública e política. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, **Faculdade de Direito**, Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.fmp.edu.br/wp-content/uploads/2021/06/Ailton-Leao-VERSAO-FINAL-POS-BANCA.pdf>
- LUZIA, *et al.* Desafios no acesso aos serviços de saúde por pessoas com deficiência: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 97, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31011/reaid-2023-v.97-n.2-art.1538>.
- MS, Ministério da saúde. Soluções transformadoras para o desenvolvimento inclusivo: 03/12 – Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. **Agência Câmara de Notícias**, IBGE Educa. Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil. (Documento apresentado pelo MS à Câmara dos Deputados).
- OLIVEIRA, Júlio Maurílio Cavalcante de; SOUSA, Ana Paula Veloso de Assis. Inclusão adiada: analisando os desafios para efetivar os direitos das pessoas com deficiências no Brasil à luz dos direitos humanos e do direito civil. **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 51, p. 1-19, maio/jun. 2024. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/131>.
- SANTOS, Ruth Neves dos. Convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência no acesso à saúde e à reabilitação: o impacto nas políticas públicas e governança em Cabo Verde. 2024. Tese (Doutorado

em Saúde Global e Sustentabilidade) – Faculdade de Saúde Pública, **Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2024. DOI: [10.11606/T.6.2024.tde-14012025-162048](https://doi.org/10.11606/T.6.2024.tde-14012025-162048).

SILVA, Juliana Maria Eustáquio. As condições de trabalho e saúde de servidores com deficiência na administração pública direta de um município do Triângulo Mineiro. 2024. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) – **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/44198>.

SANTOS, Igor dos. Acessibilidade projetada e acessibilidade real: avaliação com base no retorno de experiência de pessoas com deficiência. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – **Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/RAOA-BB9N9F>.